

Antes que seja tarde

Se o presidente da República já assinou o decreto que autoriza as universidades brasileiras a estabelecer, em nome da autonomia universitária, os seus próprios critérios para os exames vestibulares, revogando a decisão anterior que estipulava tanto um conhecimento mínimo obrigatório do idioma Português quanto a exigência de um domínio elementar de redação, cometeu um erro. Se não o assinou, está em tempo de impedir o que se poderia chamar de a degradação final da Educação brasileira. É impossível negar o papel que a Universidade desempenha como guia das ambições educacionais. Vulgarizar, banalizar ao extremo este farol terá a mais grave consequência para o futuro do País.

É um fato que a existência de um número crescente de vagas ociosas é uma ferida aberta no corpo da Educação brasileira, funcionando como prova inquestionável da falência do ensino de primeiro e segundo grau. Investir contra o sintoma não resolverá o problema — só poderá acalmar apetites políticos. Não importam as desculpas — a mais recente delas é que se mudará o vestibular para garantir a autonomia universitária —,

mas, sim, perguntar: quem será o beneficiário direto da existência de salas de aula lotadas? A sociedade brasileira, cansada de acompanhar o dramático quadro da resistência do mercado de trabalho em assimilar o universitário “diplomado”, mas tecnicamente despreparado, não deve estar na lista dos que se aproveitarão das novas mágicas. Quem tem a sua sinecura acadêmica ameaçada, porque o vestibular eliminatório “espantava a freguesia”, este sim pode começar a sorrir tranqüilo; milagrosamente, de uma hora para outra, todos encontrarão o que fazer, tendo de atender salas cheias após sucessivos vestibulares!

O ministro Carlos Chiarelli insiste em que a outra face da autonomia nos vestibulares está no preenchimento, pelas universidades, de todas as suas vagas. Esta contrapartida, no entanto, tem problemas. Por um lado haverá a novíssima reserva de mercado da profissão de muitos docentes, que finalmente terão alunos! Por outro lado, em breve se terá a “solução final” para a Educação brasileira. Não é preciso ser um ilustrado educador para compreender que, quando as universidades avil-

tam seus critérios de aprovação, o segundo grau acompanha de imediato essa tendência “baixista”, logo sendo imitado pelo primeiro grau.

Todo o esforço feito para tornar os educadores — trabalhando numa escola básica carente de tudo, principalmente do profissional docente devidamente preparado — conscientes de que a escola existe para transmitir um conteúdo programático mínimo sairá pelo ladrão das “facilidades” oficiais criadas nas universidades. Basta falar do fim da obrigatoriedade da prova de redação. Sem ela, de fato, não haverá os registros implacáveis da ausência de argumentação lógica, do desconhecimento elementar da estrutura da língua, nem se poderá dizer que o futuro universitário foi tratado, na sua escolaridade básica, como mero acidente biológico!

O vestibular vem sendo usado de há muitos anos como bode expiatório. Não faz muito, tentou-se extingui-lo devido ao stress que provocava na família do examinado... Como a vergonha da *mágica* que se apresentou ao presidente é muita, chegou-se a pensar na solução “mista”: na mesma universidade haveria

carreiras que exigiriam provas eliminatórias; outras profissões menores, em que bastariam as classificatórias, criando-se, assim, o universitário de primeira classe e o de segunda! Agora, enche-se a boca com a autonomia universitária, como se por exemplo ela já não existisse, desde a modificação da Lei nº 5.540/68, que impunha o vestibular idêntico no “conteúdo” e unificado na “execução”. Foi em nome da autonomia universitária que essa lei foi alterada, permitindo que o da Fuvest seja diferente do vestibular da UFRJ. Não se fale em autonomia quando o que existe é só pressa de dar algum cumprimento à ordem presidencial de cortar gastos, notadamente com salários.

Caso o presidente já tenha assinado a ordem para a “solução final” para a Educação brasileira, pelo menos se poupem recursos nestes tempos tão bicudos: não se fale mais nos milhões prometidos para as campanhas de erradicação do analfabetismo. De nada adiantará alfabetizar do modo como se sabe, se não haverá o que ensinar depois, uma vez que as escolas não se sentirão obrigadas a nenhum esforço mínimo, pois ninguém depois irá exigir nada dos alunos.